SENTENÇA

Processo n°: **0003397-28.2017.8.26.0566**

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e

devolução do dinheiro

Requerente: ADÃO LEMES DO NASCIMENTO

Requerido: IMOBILIÁRIA SOUZA FILHO SÃO CARLOS EIRELI-ME

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, <u>caput</u>, parte final, da Lei n° 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

A ré é revel.

Citada regularmente, conforme autoriza o art. 18 da Lei 9099/95, ela não compareceu à audiência designada, de modo que se reputam verdadeiros os fatos suscitados pelo autor na inicial (art. 20 da mencionada Lei).

As provas amealhadas, de outra parte, respaldam

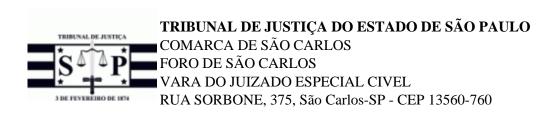
as alegações do autor.

Prospera, portanto, a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar rescindido o contrato de administração de locação firmando entre as partes e declarar nulo e inexigível qualquer débito em relação a ele, bem como condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$720,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 14, item <u>1</u>, dando-se ciência a locatária do imóvel.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, <u>caput</u>, da Lei n° 9.099/95.



Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA